

o do trabalho o novo mundo

Foto: Antonio Scarpinelli

camp.br

Marcio Antunes (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e na área de trabalho) em um contexto das mudanças na sociedade atual.



O professor Marcio Antunes: "Temos uma base de qualificação da mão-de-obra que está em plena condição de participar dessa transformação tecnológica"

Hoje, o Brasil tem uma base de pesquisa que está longe do ideal, mas é algo que nós nunca tivemos quando analisamos sob uma perspectiva histórica. Temos universidades, laboratórios e centros de pesquisas que não deixam a desejar em relação a centros do primeiro mundo. Temos uma base de qualificação da mão-de-obra que está em plena condição de participar dessa transformação tecnológica, seja o trabalhador um pesquisador ou operador.

Se olharmos algumas áreas, como por exemplo, os campos da biotecnologia, da pesquisa e de matriz energética, podemos identificar importantes oportunidades que o Brasil pode ou não aproveitar. Temos hoje uma chance que não tivemos no passado.

É constrangedor saber que, em mais de duas décadas de democracia, o país continuou marcando passo. A democracia apresentou um conjunto de proposições que não foram cumpridas. Perdemos posições em relação a muitos países que conseguiram avançar de forma significativa.

Ricardo Antunes - O Brasil seguiu o caminho mais trágico. Nós nascemos como apêndice do mundo mercantil europeu. Os portugueses e os espanhóis vieram para a América Latina, destruíram as comunidades indígenas, introduziram o trabalho escravo e criaram colônias de exploração, processo que avançou por vários séculos.

Foi com o getulismo, a partir de 1930, por meio de um processo complexo, que o Brasil começou a estruturar um desenho industrial nacional. Começou

a ser gestada uma indústria de base, com siderurgia, petroquímica etc. O papel do Estado foi importante nesse processo. Desenhou-se pela primeira vez uma sociedade denominada "nacional-desenvolvimentista".

Com o golpe de 64, houve uma segunda mutação importante. A primeira ocorreu com Juscelino, que de certo modo preservou o modelo desenvolvimentista, mas abriu uma cunha internacionalizadora muito grande com a indústria automobilística. A ditadura militar investiu no destrutivo, ampliando fortemente a inserção do capital privado internacional, sem fazer definir o setor produtivo estatal.

Com Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e a continuidade do governo Lula, o setor produtivo estatal foi desestruturado. O Brasil, a partir dos anos 90, inseriu-se no mundo produtivo global pelo pior caminho – sendo uma espécie de fornecedor em algumas áreas industriais e de serviços relevantes. Somos um continente imenso marcado por uma industrialização relativamente tardia, com um mundo rural bastante desestruturado. Nós não tivemos uma reforma agrária que modernizasse a estrutura rural brasileira.

Quando o neoliberalismo e a reestruturação produtiva – duas peças do mesmo complexo – aqui foram implantados, fez-se o desastre. A reestruturação alterou profundamente o mundo da materialidade – empresa enxuta, concentração, oligopolização, monopolização, sob o comando da

financeirização. Já o neoliberalismo criou esse ideário e pragmática de que era preciso privatizar e "modernizar". Privatizou-se tudo. Até o setor bancário, que era estatal e nacional, hoje é menos estatal e muito menos nacional.

Então nós nos inserimos como uma ponta do cenário internacional. O que eles esperam da gente? Em certo sentido, o que se passa agora com o agrobusiness é a expressão. É quase que uma regressão neocolonial. Imagine o país incendiando canaviais... O que o senhor Luiz Inácio Lula da Silva apagou muito rápido da sua memória é que nos canaviais laboram homens, mulheres e crianças em condições indignas de semi-escravidão.

Depois desse desmonte, é evidente que as condições de penúria da classe trabalhadora são imensas. Bastaria dizer que temos hoje mais de 50% dos trabalhadores na informalidade e os capitais querem mais. Sem contar que na concorrência chinesa e indiana no setor têxtil, de calçados e em tantas outras áreas, nós estamos em condições desfavoráveis.

JU – O Estado vem tendo seu papel reduzido, quando não questionado. Conquistas históricas são colocadas à prova ou suprimidas – sobretudo na área do bem-estar social – sob o pretexto da criação de novos postos ou, em última instância, de uma "flexibilização" de regras que vigoraram durante décadas. Em que medida a reestruturação produtiva determina a supremacia do mercado sobre o Estado?

Marcio Pochmann – Estamos submetidos a uma cegueira situacional. O Brasil abandonou a perspectiva do planejamento estratégico e o diálogo com o futuro, ficando prisioneiro do curtíssimo prazo. Isso nos impõe à lógica de financeirização da riqueza e, por consequência, a dualidade da flexibilização rumo à precarização ou ao desemprego.

É claro que se a análise for feita sob o ponto de vista histórico, a Revolução de 30, por exemplo, representou uma frente política que tinha uma diversidade ideológica – de visões fascistas a comunistas. Mas havia o consenso de que se tratava de um grupo, a despeito das diferenças, que buscava uma sociedade muito diferente daquela na qual encontrava-se o Brasil no período. Nosso ponto de partida, então, deu-se numa sociedade muito anacrônica.

Em um período relativamente curto, de três a quatro décadas, a sociedade brasileira deu um salto muito grande e modernizou-se. De 1930 a 1980, constituiu-se uma classe trabalhadora pujante. Consolidamos uma classe média assalariada relevante, a despeito das desigualdades e de não termos feito muitas das reformas executadas pelos países capitalistas civilizados, entre as quais a agrária e a tributária. Não fundamos também as bases de um sólido Estado de bem-estar social.

No período mais recente, aceitamos uma posição inferior. Estamos acomodados à subordinação nessa nova divisão do trabalho. Ela coloca, de um lado, o trabalho de concepção, criativo, relacionado às novas tecnologias – o trabalho imaterial, de maior remuneração – e, de outro, o trabalho de execução, mais simplificado, precarizado, de menor remuneração.

Hoje, de uma certa maneira, o país se encaminha para uma situação mais próxima do trabalho precário. Não estamos dando um salto de qualidade. Não estamos ingressando nessa fase de trabalho de concepção, de combinar tecnologias com investimentos, bens públicos com privados. Isso nos permitiria desenvolver o trabalho criativo e imaterial. Será ele que nos fará ter melhor remuneração e maior ganho de produtividade.

Ricardo Antunes – A competitividade global de hoje nasceu sob a égide da reestruturação produtiva e do neoliberalismo. Hayek, Friedman e outros diziam muito claramente que o Estado é o caminho da servidão. E qual o caminho da libertação, para esses ideólogos? O mercado.

E, para eles, quem são os inimigos do mercado? Os sindicatos, a "corporação do trabalho", como eles diziam. Nesse ideário, o Estado deve ser profundamente alterado, deve-se instaurar um estado todo privatizado. Ele deve abandonar toda a sua atividade que prevê – e provê – educação pública, previdências, direitos, rede de proteção social do trabalho etc. Prega a transferência para o setor privado de tudo o que for passível de interesses mercantis. Estamos numa época em que até as cadeias são administradas pelas empresas. Nos Estados Unidos, isso já é uma tendência – é possível tirar lucro do cárcere, dos hospitais, das escolas. Educação hoje é um negócio. A escola não é mais concebida como um valor decisivo para a educação da humanidade.

Não concordo com essa tese de que o papel do Estado desapareceu. O que aconteceu é que o Estado se privatizou. De tal modo que o imperativo crucial nos dias de hoje é desprivatizar o Estado. Um exemplo cabal disso é que os Estados hoje convivem com banco centrais que controlam, por uma lógica exclusivamente financeira e privatista, as políticas econômicas e monetárias.

JU – Qual o peso da política econômica na geração de empregos e no mundo do trabalho? Com o senhor analisa o caso brasileiro?

Marcio Pochmann – A política econômica é determinante. O emprego não é uma variável indeterminada, que pode ser estabelecida a partir da vontade própria. O emprego está associado diretamente ao comportamento mais geral da política econômica. É ela que define as possibilidades de maior ou menor demanda da força de trabalho.

Constatamos que, nas últimas décadas, essa política perdeu o compromisso com o crescimento econômico. Ela é basicamente a expressão de um

consenso em torno do combate à inflação. Os resultados dessa opção favorecem muito poucos. Culminam numa economia de baixa produtividade em que os principais resultados do excedente terminam sendo financiados e apropriados por uma elite.

É inimaginável acreditar que o país possa dar um salto de qualidade com a essa política macroeconômica adotada hoje. Ela é expressão de uma agenda amesquinhada. O país não pode ter como objetivo a inflação baixa, que é um condicionante do bem-estar social. Cabe registrar que a inflação, desde a segunda metade da década de 1990, praticamente desapareceu do mundo.

Acredito que não seja um problema técnico, do tipo "o que pode ser feito na política macroeconômica?". Já sabemos o que é preciso ser feito. A pergunta é: por que não se faz? Na minha opinião, há um constrangimento de ordem política. Não há uma nova maioria que coloque a questão do desenvolvimento econômico-social como prioridade. Não se construiu uma frente política que pudesse dar sustentação à mudança.

Volto à questão do movimento de redemocratização nacional. O processo dele derivado não conseguiu oferecer uma base política necessária para que fosse dado um salto de qualidade. Nós temos hoje uma fragmentação. É lógico que vários segmentos têm projetos e base política, mas eles são insuficientes e incapazes, especialmente porque essa sociedade que construímos nas últimas duas décadas é muito diferente daquela que produziu o movimento pela redemocratização. Estou falando de uma sociedade que se estruturou em torno da industrialização e da urbanização.

Hoje, observamos o desmonte dessa mesma sociedade. Constatamos o engugamento da classe média, o esvaziamento da classe trabalhadora e um imenso inchamento de um segmento que pode ser classificado como de agregados sociais ou de "desclassados". São segmentos inclusive que não constituem uma base política necessária para que possa ser feita uma mudança radical na política macroeconômica. Sem base política, é possível que continuemos mais tempo reféns desse quadro que, na minha opinião, é de regressão econômica e social.

Ricardo Antunes – No plano mais geral, o capitalismo vem crescendo sem gerar emprego. Isso é para não termos mais a ilusão desenvolvimentista do Estado keynesiano dos anos 40 e 50. Há um segundo plano, mais imediato, que também considero importante: como no mundo atual a lógica é agudamente destrutiva, é evidente que uma política econômica, que de algum modo contradite essas tendências, pode minimizar o desemprego. E isso é positivo, dada a amplitude do flagelo.

Se o Brasil tivesse uma política econômica que não fosse totalmente pautada nos juros altos, no superávit primário e nessas medidas que marcam esse receituário que vem desde o Consenso de Washington, é óbvio que ela teria repercussão no plano do emprego.

Os capitais querem as condições ideais, mas eles querem também o saque. Quando eles não têm as condições ideais, ainda assim continuam saqueando. Quando mais gendarmes forem os governos, melhores são as condições para essa sucção. Soros dizia antes das eleições de 2002 que Lula poderia trazer problemas para o mercado. Recentemente, ele disse ao jornal *Valor Econômico* que Lula era um fiador do mercado. É a gestação do gendarme.

Uma política econômica que fizesse uma reforma agrária e quebrasse o monopólio do latifúndio teria uma repercussão enorme na política de emprego no Brasil. Um governo que aumentasse significativamente o salário mínimo, de modo que a classe trabalhadora pudesse consumir, também teria forte impacto social.

É preciso uma política que reduza a jornada de trabalho. Não estou dizendo que a medida vai eliminar o desemprego, mas certamente irá minimizá-lo. Nós podemos ter políticas ousadas para minorar as condições trágicas em que vive nossa classe trabalhadora desempregada. Essas políticas seriam geradoras de emprego na medida em que contraditassem essa ordem.

Continua na página 8